

Trajetória e perspectivas do ensino de História da América: reflexões a partir do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História e do Acordo de Cooperação Brasil – Argentina¹

Maria Silvia Cristofoli²
Maria de Fátima Sabino Dias³
Marise da Silveira Veríssimo⁴

Resumo: Este texto se apresenta como um esforço e o desejo de contribuir para as reflexões e desafios acerca do novo papel do ensino da História no atual contexto latino-americano, especialmente o do cone sul. Através da trajetória de pesquisa de membros do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História (Nipeh) traz reflexões sobre a constituição da disciplina História da América no Brasil e sobre o ensino de História no Brasil e na Argentina, resultado de pesquisas conjuntas entre os dois países decorrentes do Acordo de Cooperação. Traz ainda a análise de questões curriculares, a partir da realidade do Colégio de Aplicação da UFSC – Brasil e a Escuela Superior de Comercio Manuel Belgrano da UNC – Argentina. Apresenta também algumas das discussões do Mercosul Educacional e inclui relatos de experiências de professores das duas escolas. Por último, tece breves comentários sobre a inclusão de uma disciplina específica sobre História Latino-americana resultado da proposta de professores de História do Colégio de Aplicação da UFSC e de pesquisadores do NipeH.

Palavras-chave: ensino de história, pesquisa comparada, práticas docentes.

Abstract: This article aims at analyzing and seeking responses to the challenges presented by the new role of History classes in contemporary Latin America, especially the Southern countries. Based on researches developed by NipeH's (Nucleus Interdisciplinar Research in Education of History) members, it focuses the origins of History of America as a school subject in Brazil. Furthermore, it sheds light on History teaching practices in Brazil and Argentina, as result of a joint research of both countries. The article assesses curricular matters, regarding the reality of the *Colégio de Aplicação* of the UFSC, in Brazil, and the *Escuela Superior de Comercio Manuel*

¹ Este artigo contém parte da conferência *História da América, ensino, poder e identidade*, proferida na UNICAMP pela profa. Maria de Fátima Sabino Dias, em outubro de 2004.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História/UFSC – Home page: <http://www.ced.ufsc.br/~nipeh> – E-mail: msilviac@terra.com.br.

³ Professora Doutora do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de pesquisa em Ensino de História – Nipeh – Home page: <http://www.ced.ufsc.br/~nipeh> – E-mail: mfsabino@brturbo.com

⁴ Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora do Colégio de Aplicação da UFSC e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História. Nipeh- Home page: <http://www.ced.ufsc.br/~nipeh>. E-mail: mar_silver2002@yahoo.com.br

Belgrano of the UNC, in Argentina, and identifies some of the quarrels related to the Mercosul educational targets. Finally, based on teachers' reports of their experiences in the two different schools, the article discusses Latin American History topics that could become part of the History program.

Key-words: History of America, comparative research, teaching practices.

Neste texto apresentamos reflexões que fazem parte de uma trajetória de pesquisa iniciada no programa de pós-graduação da UNICAMP em 1993, e implementada no Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Nacional de Córdoba (UNC), na Argentina, bem como no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa no Ensino de História (NipeH/UFSC).

Tendo como proposta desenvolver atividades articuladas de pesquisa, ensino e extensão a partir de eixos temáticos como currículo e história, história comparada e livro didático, dentre outras, o NipeH vem atuando com linhas de pesquisa como a de estudos comparados, desenvolvendo pesquisas em nível de graduação e pós-graduação, envolvendo professores de diversos departamentos da UFSC, do Colégio de Aplicação, alunos do curso de História e de Pedagogia e profissionais de outras instituições de ensino de Santa Catarina.

Graças ao Acordo de Cooperação Brasil – Argentina assinado, em 1992, entre universidades, avançou-se nos últimos anos em pesquisas conjuntas entre Brasil e Argentina.⁵ Tal acordo caracteriza-se como atividade de ensino, pesquisa e extensão envolvendo professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio do Colégio de Aplicação da UFSC e professores e alunos da Escola Superior de Comercio Manuel Belgrano da UNC.

Dentre as atividades efetivadas entre as duas instituições de ensino destacamos a realização de nove intercâmbios discentes no período de 1992 a 2001 e a realização de atividades direcionadas para a pesquisa, oficinas, discussões temáticas e troca de documentação, no período de 1999 a 2001. Os trabalhos realizados desde o início do Acordo de Cooperação se pautam pela articulação entre pesquisa, ensino e extensão, entre os saberes acadêmicos e os escolares, entre o currículo prescrito e o vivido, entre políticas públicas e o ensino de História da América no contexto do cone sul.

⁵ Desde o início do Acordo de Cooperação em 1992, até a presente data, destacamos atividades de pesquisa e ensino. Já concluídas: *A Invenção da América na Cultura Escolar no Brasil*, (Tese, 1997), *O Ensino de História e a Construção da Identidade Nacional: Uma União Legítima?* (Pesquisa, 1999), *Identidades e Representações: um projeto de pesquisa comparada sobre o ensino de História na Argentina e no Brasil*, (Pesquisa, 2000), *Intercâmbio Cultural, ensino de História e identidade latino-americana: Uma Utopia possível?* (Dissertação, 2002). Em andamento: *O Ensino de História da América Latina no Brasil e na Argentina nas suas Ditaduras Militares* (Tese), *Fontes Documentais e Materiais Didáticos na perspectiva da História Comparada no contexto Sul Americano* (Projeto de Pesquisa) e *Criação e implementação no Colégio de Aplicação da disciplina Estudos latino-americanos* (Pesquisa e Ensino).

Essas questões nos permitiram refletir sobre o ensino de História na Argentina e no Brasil, desde a constituição da disciplina de História da América no Brasil em 1950, como uma disciplina autônoma, até o ensino de História nos tempos atuais.

A presença da História da América nos currículos da Argentina e do Brasil é marcada por uma série de discontinuidades. Segundo Lanza e Finocchio (1993), na Argentina o processo de transmissão dos conteúdos propostos pelos setores hegemônicos que asseguraram a lealdade ao Estado Nacional foi simultâneo à transmissão de uma imagem deteriorada da História da América Latina, em detrimento da valorização do mundo europeu. Segundo as autoras, na segunda metade do século XX se inicia uma revisão dos conteúdos com uma certa tendência americanista.

Conforme Finocchio (In. DIAS, 2004), os argentinos, sobretudo de Buenos Aires, com seu alto índice de escolarização e seu projeto urbano modelado por arquitetos parisienses e espanhóis, viam a si mesmos como uma nação líder da América Latina e como a mais européia e europeizante. No imaginário nacional, a Argentina se apresentava como a terra de purificação moral e intelectual de raças em que todos eram bem-vindos e podiam progredir na sociedade e na cultura.

Na cultura escolar, a “História Pátria” ou a “Historia Nacional” eram um complemento, segundo a autora, de uma escola que reforçava, nos ritos, nas comemorações, na homenagem à bandeira, nos símbolos pátrios, a presença do Estado, “encarnada pela senhora diretora”.

Por outro lado, o ensino de História era um apêndice de uma história da civilização que privilegiava o olhar sobre o Estado, começando pelo Antigo Egito e Mesopotâmia, gênese da civilização e de estados fortes e centralizados. Deste modo, a história nacional identificava-se com uma história pátria que reforçava a adesão ao Estado e procurava integrar o povo argentino à moderna civilização ocidental.

Vale ressaltar que, ao longo da história, a constituição dos Estados Nacionais modernos foi marcada por diversidades culturais e desigualdades sociais. Assim, a nacionalidade e o processo de sua constituição tenderiam à homogeneização e unificação.

A este respeito são oportunas as palavras de Ruben (1987, p.41), quando afirma que “a nacionalidade moderna significou a instauração de formas universais e homogeneizantes dirigidas ao estabelecimento de um mesmo código de relações sociais. Tratava-se de unificar processos econômicos, línguas, costumes e de desfazer as fronteiras do diverso, sem que isto implicasse fazer o mesmo com a fronteira da desigualdade”.

Portanto, a solidariedade ou pelo menos o sentimento de pertença que resulta da noção de “identidade nacional”, viria por conta de um imaginário totalizante, aglutinador, composto por discursos, signos e símbolos articulados constituindo, como bem ilustram Hobsbawm e Ranger (1984), *tradições inventadas*.

A necessidade de construção da idéia de nação refletiu-se na necessidade de construção de uma identidade e de uma memória nacional, articuladas à cultura escolar via currículos e livros didáticos de História.

Essa tendência nacionalista e americanista no Brasil é analisada por Dias (1997), ao refletir sobre a constituição da disciplina de História da América no Brasil na década de 50. Para discutir tais questões, a autora apontou os aspectos externos à cultura escolar como os principais responsáveis pelo aparecimento do ensino dessa disciplina no Brasil.

Os fatores externos a que se refere e que possuem relações estruturais com os internos da escola e sua prática são o contexto político e cultural da sociedade brasileira e o do continente americano, marcados pela consolidação do pan-americanismo, do ponto de vista continental, e pelas reformas educacionais elaboradas no decorrer do Estado nacionalista brasileiro.

O entendimento é de que as questões internacionais influenciaram a cultura escolar pois, ao interferirem nos currículos nacionais, contribuíram para a inclusão do ensino de História da América no ensino secundário no Brasil, com o objetivo de transmitir valores de civilidade de acordo com o padrão americano de cultura. Tal perspectiva aponta para a relação entre educação, Estado e cultura, na medida em que as mudanças ocorridas no interior da disciplina de História nos anos de 30 a 50 do século XX fazem parte de projetos educacionais elaborados por intelectuais integrantes da burocracia estatal com o objetivo de formar uma cultura nacional.

A relação entre o Estado e a disciplina de História se concretizou na medida em que as ações institucionais interferiram na adequação desta disciplina às finalidades e aos objetivos do projeto nacionalista brasileiro. Essa reciprocidade entre as disciplinas escolares e os aspectos sócio-político-culturais da sociedade é um dos pontos importantes para se entender a constituição e a evolução da disciplina de História da América, conforme já comentado.

Trabalhando com a noção de currículo no âmbito das disciplinas escolares, e dos programas e dos livros didáticos elaborados no interior das reformas educacionais, Dias (1997) estabeleceu a seguinte proposição geral: a inclusão da disciplina de História da América no ensino secundário no Brasil, na década de 50, foi uma decorrência de fatores externos à cultura escolar. De um lado, a necessidade de organizar um sentimento de americanidade, tendo em vista a posição da América no contexto da guerra fria; de outro, a necessidade de fortalecer uma unidade nacional, respaldada na construção de uma imagem do Brasil no continente americano.

Os programas e livros didáticos de História da América no Brasil, segundo Dias (1997), foram mecanismos utilizados pelo Estado para a construção de uma identidade nacional e americana. Assim como o nacionalismo, o americanismo expressa posições conflitantes, ora negando, ora assimilando, ora inventando valores e imagens, na tentativa de construir uma unidade americana, “uma América para os americanos”. A maioria dos autores dos livros didáticos da

década de 50 analisados pela autora mantinha-se fiel a uma visão de história empenhada na valorização dos feitos da raça branca, segundo a visão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na unidade sobre o Brasil independente, por exemplo, todos os autores dão destaque à política externa brasileira, justificando as ações militares do Brasil na região do Prata, Borges Hermida (1961) descreve a Guerra do Paraguai a partir do relato dos atos heróicos de Duque de Caxias. A imagem que o Brasil faz de si mesmo, no confronto com o *outro*, os povos sul-americanos, é a de um país que tem homens fortes, corajosos, garantia da territorialidade, componente importante da construção da nacionalidade de um país pacífico, cordial, que perdoa os vencidos e coopera com a paz mundial.

O nacionalismo se fortalece construindo uma memória nacional em torno de pessoas ou personagens, elementos muito importantes para a construção da identidade nacional. Daí a imagem mitificada de Caxias como o grande herói nacional, pois o Estado–Nação precisa construir uma memória que se enraíza, segundo Nora (1984), “no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”.

No entanto, será nos Estados Unidos que o Brasil irá buscar parâmetros para a construção de uma imagem acerca de si mesmo. Ser americano significava seguir o modelo norte-americano. Mas, isso só seria possível com Estados Nacionais fortes, capazes de se incorporar ao mundo civilizado.

Do ponto de vista do liberalismo, o estabelecimento de um Estado–Nação específico dependia de ele mesmo mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada. Sendo assim, para Hobsbawm (1991) “o único nacionalismo justificável era aquele ajustado ao progresso”.

Ficar fora da marcha para o progresso significava estar fora da marcha da civilização. Progresso e civilização são valores que se impõem como internacionais, ao expressar a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Com esse conceito, diz Elias (1994), a sociedade ocidental procura descrever o que lhe “constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou a visão de mundo, e muito mais”.

É um discurso homogeneizador, pois minimiza as diferenças entre as nações e estabelece o que é comum a todos os povos ou o que deveria sê-lo. Segundo Elias (1994), esse conceito pretende também dar expressão a uma tendência expansionista de grupos colonizadores. A consciência dessa ocidentalização serviu para que os Estados Unidos, sobretudo no decorrer do século XX, justificassem sua política intervencionista na América Latina, na medida em que era transmissora a outrem de uma civilização existente ou acabada, a porta-estandarte de uma civilização em marcha.

Um dos efeitos do processo de imposição de padrões e valores foi o pan-americanismo, que influenciou o aparecimento da disciplina de História da América, e foi um tema abordado em todos

os livros didáticos analisados por Dias (1997)⁶, evidenciando uma perfeita articulação entre nacionalismo, americanismo e civilização.

Na visão ideal norte-americana, a americanização do mundo significa uma América síntese das esperanças humanas, terra prometida. O nascimento de uma nação abriria assim o caminho para uma idade de ouro, pois o destino manifesto dos Estados Unidos não se confinaria apenas a seus cidadãos, mas principalmente a todo o continente americano, onde a “pujante Nação” teria o dever de difundir os seus valores democrático-liberais, instrumentos fundamentais para a consolidação da expansão imperialista na América Latina. Progresso, civilização, americanização se impuseram como valores internacionais, e para o conjunto dos países latino-americanos ficar fora dessa “marcha” significava ficar isolado da modernidade.

A unidade americana proclamada no discurso pan-americano foi construída sob uma América dividida, fragmentada, composta de uma nação “superior”, modelo a ser copiado por outras “inferiores”, “atrasadas”. Os valores transmitidos à cultura escolar pelos livros didáticos de História da América fortaleceram um “nós” brasileiro, voltado para a construção da unidade da nação brasileira, apontando para um projeto civilizador identificado com os Estados Unidos. Neste sentido, ao pretender incorporar-se à marcha para o progresso, o Brasil não reconheceu as outras nações sul americanas como referências para a construção de uma identidade latino-americana.

Nos anos 60 e 70 do século XX, as ditaduras militares brasileira e argentina, apesar de uma diferença de 12 anos entre o início de uma e outra (1964 no Brasil e 1976 na Argentina) e conseqüentes especificidades na conjuntura internacional, pautaram-se ambas por práticas comuns em relação à repressão e ao controle ideológico da educação e do ensino, principalmente o de História. Neste contexto, a América Latina foi associada aos espaços de doutrinação dos chamados grupos subversivos, sua menção levantava suspeitas e recomendações explícitas de cuidados e vigilância. A tese de doutorado de Marise da Silveira Veríssimo, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se propõe discutir através de uma perspectiva comparativa o ensino de história da América Latina no período das ditaduras militares nestes dois países, utilizando como estudo de caso as realidades vividas neste período pelas escolas envolvidas no Acordo de Cooperação.

⁶ Do levantamento das fontes documentais, foram selecionados os seguintes livros didáticos de História da América, que compõem os principais dados desta pesquisa: TAPAJÓS, Vicente. *Compêndio de História da América*. 2ª ed., Rio de Janeiro: edição da “Organização Simões”, 1959; MELLO E SOUZA, J.B. *História da América*. 2. ed., Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1957; MAGALHÃES, Basílio de. *História da América*. Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1952; HERMIDA, Antonio Borges. *História da América*. 44ª ed., Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1961; SILVA, Joaquim. *História da América*. 9ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional. s/d.; SOUZA, Alcindo Muniz. *História da América*. 5ª ed., Cia. Ed. Nacional, 1952; LOBO, R. Haddock. *História da América*. Melhoramentos, 1952. Os critérios que nortearam a escolha dessas obras foram o número de edições, por indicar a inserção dos livros didáticos na cultura escolar, e a instituição a qual estavam vinculados os seus autores, por fornecer elementos para se localizar a tendência do pensamento histórico e educacional que orientou os conteúdos de História da América na década de cinquenta.

Questões curriculares: a análise a partir de uma realidade educacional específica

A análise do ensino de História da América na Argentina e no Brasil, no período entre 1985-1995, faz parte de uma pesquisa desenvolvida por historiadores integrantes do NipeH e do Acordo de Cooperação.

No período pós-ditadura na Argentina teve início uma revisão curricular na perspectiva regional, onde aparece a intenção e a necessidade de pensar o país como parte da América Latina. No entanto, segundo Lanza e Finocchio (1993), apesar desta intenção, não houve transformações programáticas no campo da inclusão dos conteúdos latino-americanos.

É neste contexto de discussão de propostas curriculares no período pós-ditadura, 1985-1995, que faremos uma análise do ensino de História da América no Brasil e na Argentina, das mudanças e das permanências neste trajeto, e de até que ponto estas discussões historiográficas, políticas, didáticas e pedagógicas permitiram uma abertura para uma inclusão da História da América em nossos currículos.

Para efeito de análise, os enfoques predominantes na pesquisa foram divididos em algumas etapas diferenciadas entre as duas escolas, mas que procuram evidenciar as continuidades e descontinuidades presentes no ensino de história. A primeira etapa se refere ao período 1985 a 1990.

Neste primeiro momento, percebe-se no Brasil, segundo Dias, Reis e Veríssimo (2000), uma simultaneidade de abordagens, predominando uma concepção tradicional de História, onde o quadripartismo é a linha norteadora dos programas. Sendo assim, as Idades Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea organizam os conteúdos de quinta a oitava séries do Colégio de Aplicação, excluindo praticamente um enfoque sobre as sociedades americanas, que aparecem com papel de ligação entre os conteúdos europeus. A “Colonização da América” aparece espremida entre os temas “Expansão Marítima e Comercial Européia” e o “Renascimento”. O caráter ilustrativo fica evidenciado visto que o tema América não gera desdobramentos para reflexão. Ele se coloca como um esclarecimento para melhor compreensão do processo histórico europeu.

Na Argentina, afirmam Ferreyra e Aquino (2001), houve inicialmente o predomínio do enfoque tradicional. Este modelo faz referência, na historiografia argentina, a uma história que não aceita rotulações clássicas e, que questiona mais sobre o *quê* e o *como* dos fatos históricos, segundo a cronologia simples, *sem questionar o porquê*. O olhar também é eurocêntrico no qual América é um tema que sempre aparece subordinado à sua relação com a história européia. Dois anos do programa da escola são dedicados à análise da História Nacional.

No entanto, entre 1987-1991, com o fim da ditadura, percebe-se a coexistência de posicionamentos e conteúdos inovadores e tradicionais. Segundo Lanza e Finocchio (1993), esta

transição é marcada por tensões geradas por concepções dos docentes com compromissos políticos e sociais, e com outras práticas docentes marcadas por permanências do período anterior. Neste sentido é importante ressaltar a intervenção sofrida pelo Colégio quando professores foram afastados das atividades docentes, perseguidos, e alunos desapareceram nos cárceres da ditadura.

Com o retorno desse corpo docente inicia-se um período de reestruturação interna claramente percebido pela presença de *programas de transição*, utilizados durante dois anos consecutivos acompanhando o mesmo grupo de alunos. É possível observar claramente a presença de um enfoque conceitual e problematizador no 4º e 5º anos. América Latina é o eixo de análise, mas sem perder de vista os processos europeus. Entretanto, nos 7º e 8º anos, ainda se continua utilizando o enfoque tradicional para analisar a história nacional.

Evidencia-se neste processo reflexos de uma conjuntura vivida com maior dramaticidade pelos argentinos do que pelos brasileiros, no caso específico os professores do Colégio Manuel Belgrano e do Colégio de Aplicação, sendo que o primeiro vai refletir neste período pós-ditatorial os reveses, as contradições e ambigüidades do seu corpo docente, entre os que permaneceram na escola e os que retornaram com outras experiências e projetos.

A segunda etapa se refere ao período 1991 – 1995. No Brasil, especialmente no Colégio de Aplicação, esta foi marcada também pelo embate teórico que orientou a esquerda brasileira nos anos 80. A luta ideológica travada no meio da intelectualidade que disputava o espaço da produção do conhecimento e da militância colocará na ordem do dia, uma concepção de história onde o tempo é ordenado pelo modo de produção, que será a linha norteadora predominante dos programas de ensino de História. Nesse sentido, a comunidade primitiva, o modo de produção escravista, o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista estruturam os conteúdos de quinta a oitava séries.

Percebe-se a partir daí que os conceitos marxistas de análise da História passam a ser mais empregados. Embora isto oscile de professor para professor, este “novo” se torna presente. Neste contexto a perspectiva de análise sobre a América continua sendo a matriz européia, sobre a qual se fazem as reflexões históricas.

Na Argentina, o ano de 1992 marca claramente a tendência dos professores da Escola Manuel Belgrano de romper com as propostas da história tradicional, buscando-se uma história problematizada conceitual a partir de eixos organizadores. Conteúdos de América aparecem no 4º ano com o estudo da América pré-hispânica e colonial. No 5º ano, América Latina é discutida como um dos espaços analíticos numa história comparada do capitalismo no século XIX e, no 6º ano, a América Latina aparece como um estudo de caso, como marco das crises e transformações do sistema capitalista mundial.

Os programas elaborados em 1992 permaneceram quase inalterados até 1995, quando se priorizou uma análise interna das propostas curriculares visando mudanças nos planos de ensino da escola, na época em discussão.⁷ Nos anos seguintes, com a reforma educacional de 1995, foram introduzidas mudanças percebidas nos enfoques que atendessem o problema do multiculturalismo e da diversidade cultural. Entretanto, nos eixos de conteúdos discutidos prevaleceu o relato da cultura ocidental e da nação como complemento.

As discussões até aqui apresentadas nos remetem para as reflexões colocadas no início desse trabalho, ou seja, que a análise de uma disciplina nos possibilita pensar a dimensão do conflito que se estabelece entre as mudanças e as permanências no ensino de História. Nesse sentido, o ensino de História na cultura escolar argentina e brasileira, representado pelos programas oficiais elaborados pelos professores, esteve sujeito a essas ambigüidades e ao conflito entre o “velho” e o “novo”.

Oscilando entre uma história mais tradicional e as novas alternativas propostas pelo campo historiográfico, o ensino de História ora rejeitou, ora incluiu os conteúdos americanos, predominando uma ênfase nos aspectos externos, a partir dos conteúdos da história dos países europeus colonizadores. É importante ressaltar, no entanto, que os caminhos percorridos nesse período introduziram novos conteúdos, alterando de alguma forma as práticas tradicionais até então existentes, apesar de não excluí-las.

A partir de 1995-1996, implementaram-se nos dois países reformas curriculares oriundas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, no Brasil, e dos *Contenidos Básicos Comunes*, na Argentina. No entanto, é sobre os aspectos externos, relativos à política proposta pelo Mercosul Educacional, que discutiremos o ensino de História no período 1995-2000. Tais reflexões fazem parte do trabalho de pesquisa de Maria Silvia Cristofoli (2002), sobre a questão da integração cultural e o ensino de História no contexto do Mercosul.

O Mercosul Educacional e a abertura de novas possibilidades

Segundo Cristofoli (2002), em 20 de junho de 1996 no chamado *Compromisso de Brasília* foi aprovado o documento *Mercosul Educacional 2000: Desafios e Metas para o Setor Educacional*. Nele deu-se ênfase à preocupação manifestada pelas políticas educacionais da região e também foram renovadas as áreas prioritárias. De acordo com as linhas de ação e com as áreas prioritárias, os ministros de educação dos países do Mercosul propuseram cinco metas das quais destacamos a Meta 1 – “*Compatibilização de aspectos curriculares e metodológicos a partir de uma perspectiva regional*”, que inclui o desenvolvimento de proposta de metodologia e de produção

⁷ O novo plano da escola foi aprovado em 1999 pelo Honorable Consejo Superior de la U. N.de Córdoba, iniciando-se sua implementação no ano 2000.

de materiais didáticos, acadêmicos e pedagógicos para o ensino de História e de Geografia, sempre tomando como ponto de partida a perspectiva regional.

Com isto, observa-se claramente a preocupação dos governos com as questões educacionais que viabilizem uma aproximação regional. Entretanto, segundo a autora, percebe-se a complexidade e a dificuldade para tornar efetivas as proposições do Sistema Educacional do Mercosul, considerando a complexidade dos aspectos culturais que envolvem as questões educacionais no âmbito do Mercosul.

Na ata da XVII Reunião de Ministros de Educação do Mercosul, realizada em 26 de novembro de 1999, que sublinha a importância do ensino de História e Geografia do Mercosul para o fortalecimento da identidade regional, os ministros acordaram “adotar as medidas necessárias para agilizar a produção de materiais pedagógicos, acadêmicos e didáticos destinados ao ensino da História e da Geografia do Mercosul”.

Além das discussões em nível ministerial, outros grupos não ligados diretamente ao governo vêm discutindo as temáticas educacionais no âmbito regional como o *Grupo de Trabalho sobre Ensino de História e Geografia no Mercosul*, formado por especialistas dessas áreas de conhecimento dos diferentes países que compõem o Mercosul.

Especificamente sobre o ensino de História no contexto do Mercosul, Cristofoli (2002) utilizou os documentos resultantes do *I Seminário Regional* realizado em Brasília, em novembro de 1997, e os textos apresentados no *II Seminario Biental Sobre Enseñanza de Historia y Geografía*, realizado em Montevidéu em 1999.⁸

Durante o I Seminário Regional do GT de Ensino de História e Geografia, os especialistas discutiram e refletiram sobre a trajetória e as perspectivas do ensino de História e Geografia no Mercosul e destacaram o desafio para a História tendo em vista os processos de globalização e regionalização no mundo atual. O material organizado por Marfan (1998) traz indagações e reflexões sobre como a História poderia contribuir para uma democratização de integração cultural pela ótica dos especialistas que consideraram a necessidade de ampliar as visões históricas em relação aos demais países, reconhecendo as tensões existentes.

José Flávio S. Saraiva, representante do Brasil no evento, direcionando seu comentário para os aspectos culturais e para os currículos de História, chamou a atenção para a visão fechada e nacionalista da história. Diante da nova realidade da formação de um bloco regional e da necessidade de superar o isolamento, pelo conhecimento do outro, Saraiva (In. MARFAN, 1998) fez referência às propostas do Mercosul Educacional para o estabelecimento de conteúdos mínimos, assuntos discutidos desde 1993 nas reuniões de ministros de Educação.

⁸ Neste artigo a referência é apenas sobre as discussões dos especialistas da área de História. Apesar do recorte voltado para Brasil e Argentina foram incluídas as contribuições de especialistas de outros países do Mercosul como Uruguai e Chile que trazem informações sobre parte da realidade latino-americana.

Segundo a especialista uruguaia Adela Pereyra (In. MARFAN, 1998), desde há muito tempo circunstâncias históricas conduziram à fragmentação curricular. Esta observação pode estar relacionada ao cunho nacionalista da História, que levou a História da América Latina a praticamente desaparecer dos currículos escolares nas primeiras décadas do século XX, fato ocorrido em países como Argentina e Brasil.

Para o chileno Heraldo Muñoz (In. MARFAN, 1998), a América Latina é uma região atomizada, dividida, desintegrada e sua historiografia e geografia refletem esta enorme carência de identidade comum e de um projeto político unitário. Predominariam na nossa região as histórias nacionais, cada país visualizando-se a si mesmo como ilha, ignorando seus vizinhos ou, em alguns casos, onde houve conflitos fronteiriços, até “satanizando-os”.

O especialista argentino Alejandro Eujanian (In. MARFAN, 1998) falava a respeito da historiografia dos países latino-americanos onde algumas das pesquisas produzidas tinham uma perspectiva nacionalista também afirmado por Saraiva e por Pereyra e alertava para os perigos dessa ênfase no nacional. Muito embora Eujanian limitasse sua apreciação à Argentina, esta pode ser extensiva para outros países:

uma ênfase nos contextos nacionais gera o perigo de induzir a uma certa limitação, já que a mencionada ausência de estudos comparativos, bem como a crise dos grandes paradigmas tendem a reforçar a idéia de que a nossa história é excepcional, original ou atípica, quando comparada ao desenvolvimento histórico de outros países, o que tende a confirmar, ou em todo caso, a se tornar aval dos antigos preconceitos.

A integração como categoria de análise histórica não apareceu como prioridade na conformação e no desenvolvimento das nações latino-americanas, e a história nacional como enfoque principal da História teria levado à exclusão da História da América Latina dos programas de História. Uma das justificativas para isso seria a representação criada em torno da integração como uma ameaça às identidades nacionais.

Para a brasileira Heloísa Reichel (In. MARFAN, 1998), a História ensinada na América Latina, de modo geral, seria eurocêntrica. A produção historiográfica apresenta algumas características do caso brasileiro: um forte viés nacionalista nas historiografias, uma clara separação entre as histórias de colonização hispânica da colonização portuguesa. Esta seria uma das principais dificuldades do Brasil sentir-se parte da América Latina. Uma outra característica apontada pela especialista seria o predomínio da história política que privilegiaria disputas e conflitos, como também destacam Eujanian e Muñoz.

O viés nacionalista que caracterizou a historiografia dos países de América Latina, ao longo do século XIX e início do século XX tinha função ideológica na construção e afirmação dos estados nacionais. No entanto, foi no governo Vargas que a História da América foi incluída no currículo o que, segundo Dias (1997), reforçou o projeto nacionalista no Brasil.

Atitude semelhante no sentido da afirmação da unidade nacional e do fortalecimento da identidade nacional una e homogênea aconteceu na Argentina durante o governo de Perón, figura marcante da história argentina. No Brasil, esse nacionalismo teve em Getúlio Vargas um dos seus mais significativos representantes. Na época, a história nacional foi revista e voltou a valorizar o campo, o caudilho e o federalismo. Essa História reproduziu o período colonial na ótica do nativo, do *criollo* estabelecendo o *criollismo* como o berço da identidade nacional, conforme analisa Reichel.

No Brasil, as novas abordagens trazidas pela Nova História nos anos 80, segundo Reichel não teriam conseguido romper com a visão nacionalista da História. Diferentemente desta afirmação, de acordo com o relatório de Dias, Reis e Veríssimo (2000) a abordagem cultural presente na Nova História condicionou mudanças no campo curricular nacional como, por exemplo, ao incluir América Latina como eixo temático presente na proposta curricular de São Paulo, de 1987.

Enquanto os documentos oficiais das reuniões de ministros apontam para a preocupação dos governos com a questão da integração e com uma identidade regional ressaltando, no campo educacional, a integração cultural e a produção de materiais didáticos para o Mercosul, as discussões dos especialistas revelaram o grande desafio para a educação e para o ensino de História em particular, encaminhando propostas para minimizar o isolamento cultural entre as nações latino-americanas.

Durante os debates no II Seminário Bienal, para a especialista argentina Liliana Cattáneo, as recentes discussões travadas no campo educacional e pelos especialistas em História, fizeram cair o “véu das histórias nacionais artificiais”. Entretanto, advertia, não quer dizer que a verdadeira história das sociedades latino-americanas tenha aflorado e que os preconceitos tenham sido superados. Segundo a autora, considerar tal circunstância seria manifestar a dimensão política de uma decisão que apontasse para a consolidação dos necessários intercâmbios de pesquisadores e docentes entre os países da região, promovendo o ensino de uma história menos preconceituosa sobre o outro e insistindo na elaboração de livros didáticos para que abandonem a exaltação das supostas glórias da nação buscando um horizonte mais aberto.

Presente ao mesmo evento, a historiadora brasileira Circe Bittencourt fez um levantamento sobre a produção de pesquisas na área de ensino de História na última década do século XX no Brasil e destaca que o número desses trabalhos tem crescido, no entanto há ainda poucas pesquisas que enfoquem o ensino de História da América, particularmente da América Latina e também sobre o Mercosul. Dentre esses poucos estudos realizados sobre a temática do ensino de História da América, inclui-se o trabalho de Dias (1997).

A baixa produção de pesquisas sobre América Latina poderia ter suas raízes em épocas anteriores, quando necessidades mais urgentes levaram a História a priorizar, no caso brasileiro em particular, a discussão de uma identidade nacional.

Dias e Reis (1999) acreditam que é através do desenvolvimento de estudos históricos que se possam “apreender algumas imagens que os latino-americanos estruturaram ao longo do processo de formação das respectivas nacionalidades”. Essa apreensão de imagens, para as autoras, teria por objetivo adquirir “uma melhor consciência do ‘nós’ e do ‘outro’, neste contexto sul americano plural na sua diversidade cultural e identitária”.

Considerando que as imagens construídas sobre a nação têm sido também homogeneizadoras é necessário ressemantizar as identidades nacionais, como propõem Dias e Reis (1999), fazendo “uma verdadeira revisão do processo de constituição dessas identidades no ensino fundamental, na tentativa de conciliar os direitos de igualdade dos cidadãos e os direitos à diferença cultural”. A partir desta perspectiva, é possível estimular uma identidade latino-americana que possibilite o convívio com a diversidade e a pluralidade de culturas, visões de mundo, em oposição à visão homogeneizadora. Ao mesmo tempo, aponta na direção de um projeto de sociedade mais democrático, bem como a solidariedade e a identificação com os que lutam pela conquista da cidadania em seu sentido pleno (REIS, 1999).

Retomando novamente o Acordo de Cooperação, seus objetivos não deixam dúvidas quanto às razões pelas quais é buscada a integração, ainda que inspirado nas iniciativas que levaram à constituição do Mercosul. Ao propor a identificação e reflexão sobre as semelhanças e diferenças culturais, com vistas à estimulação de uma identidade latino-americana, ressemantiza-se a própria noção de integração. Mais do que autoproteção regional, aponta-se na direção da criação de uma consciência crítica, inspirada em uma postura com base em princípios da *educação intercultural*. Em síntese, uma "consciência cidadã", capaz de identificar as semelhanças, conviver solidariamente com as diferenças e lutar para vencer as desigualdades (Reis, 1999).

As práticas e experiências dos professores de História

Além das discussões teóricas sobre o ensino de História Americana apresentadas neste texto, não podemos excluir as práticas docentes dos professores de História. Tendo interesse nelas, Cristofoli (In. DIAS, 2004) apresenta depoimentos de professores de História do Colégio de Aplicação e da Escola Manuel Belgrano. Eles falam sobre suas práticas, sobre o ensino de História de temas americanos, sobre o intercâmbio entre as escolas, e ainda sobre identidade latino-americana.

No Colégio de Aplicação, embora os professores busquem trabalhar de forma crítica os conteúdos de História, seguindo a filosofia da escola, nem todos incorporam as orientações

prescritas nos programas de História do Colégio de Aplicação. Assim, enquanto um professor trabalha com base nos modos de produção, um outro professor gosta de trabalhar com linhas temáticas na perspectiva de uma história comparada. Uma outra professora do Colégio de Aplicação se interessa por trabalhar de forma tematizada, voltando-se mais para a História regional e local. Sendo assim, a inclusão de temas latino-americanos fica a critério do professor, passando por questões de ideologia e de identidade.

Os temas relacionados com a América e presentes nos conteúdos trabalhados pelos professores do Colégio de Aplicação incluem a História do século XVIII e XIX, abordando as revoluções burguesas e os processos de independência de países latino-americanos. Também a Guerra do Paraguai e a formação do Estado Nacional. Este último tema faz parte do conteúdo referente à História do Brasil, mas é aproveitado pelos professores como elo de ligação com processos semelhantes dos outros países latino-americanos. Foram citadas também as ditaduras militares, a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana, cuja abordagem ou não depende da postura político – ideológica do professor.

Na tentativa de olhar o outro, argentino, sobre conteúdos mais específicos da história da Argentina foram citados o populismo, o caudilhismo e as ditaduras militares. Mas, apesar da inclusão desses conteúdos, na percepção de uma professora brasileira a história argentina ainda é muito distante pois o brasileiro desconhece o argentino. Para um professor brasileiro, historicamente falando e em decorrência desse desconhecimento, criam-se muitos estereótipos pois, pelo ensino de História, o brasileiro desconhece o argentino e os estereótipos só são construídos por esse desconhecimento histórico.

Um outro dado importante quanto a esse desconhecimento histórico está associado às lacunas na formação dos professores de História. Apesar de ter cursado disciplinas sobre América Latina na universidade, um professor do Colégio de Aplicação ressenha-se dessa carência na sua formação, que o leva a trabalhar conteúdos nos quais ele se sente seguro e domina melhor:

Na graduação as duas disciplinas que eu tive com história da América Latina, foram muito pobres, os textos que eu li, as discussões que eu tive... foram pobres mesmo. Não aprofundaram nada, foi *en passant*. Então, acho que o professor que já não tem na graduação um conhecimento mínimo (...) da história dos países latino-americanos, como é que ele vai passar isso depois para os alunos?

Alguns depoimentos de experiência desses professores no ensino de História no Colégio de Aplicação deram exemplos da necessidade de mudança de abordagem ou então de alternativas didáticas para trabalhar conteúdos onde aparecem temas de América. Um desses depoimentos é de uma professora brasileira que defende uma perspectiva mais temática para trabalhar a História:

No 3º ano do segundo grau ele [o programa de história] tem uma linearidade bem marcada pelos modos de produção. Então a gente não consegue fugir disso que chama

crítica do europocentrismo, porque a forma como o programa está organizado e o que nós queremos com o ensino de História é o ensino da história do capitalismo. Acho que a gente está perdendo o olhar para as questões latino-americanas

As escolhas por determinados temas estão relacionadas com questões pessoais de cada professor, práticas e saberes docentes, história de vida, ideologia. Monteiro (2000) refere-se à afirmativa de Tardif de que “os saberes docentes são personalizados e situados, ou seja, são apropriados, incorporados, subjetivados, saberes que são difíceis de serem dissociados das pessoas, de suas experiências e situações de trabalho”.

Em relação à prática dos professores argentinos e à inclusão de temas de história latino-americana foram citados a História Colonial enquanto espaço colonial americano e sua relação com o espaço europeu até o século XIX, a conquista e colonização, onde são comparados os processos da colonização espanhola, portuguesa, holandesa e inglesa. Também, tentando manter uma abordagem comparativa foi citado o tema Províncias Unidas do Rio da Prata, comparando-o com o império no Brasil, os processos de independência do século XIX, tendo América Latina o eixo para trabalhar os conteúdos e também o eixo do desigual desenvolvimento Estados Unidos – Europa – América Latina. Em relação aos temas de História Contemporânea, a América Latina se restringe a certos temas: propostas americanas para a crise do capitalismo, Revolução Mexicana, Revolução Cubana, castrismo, o populismo de Getúlio Vargas comparado com o de Lázaro Cárdenas (México), Estado Novo, golpes militares, recuperação da democracia, desenvolvimentismo e integração em blocos regionais.

Uma professora argentina dá exemplo da possibilidade de introduzir o populismo durante suas aulas, considerando a presença de um aluno brasileiro intercambista, para incluí-lo nas discussões em sala de aula:

Trato de darles una entrada a ellos [refere-se aos alunos brasileiros]. Nosotros tenemos una figura muy paradigmática que es el general Perón, que ellos tienen en Getúlio Vargas, y como yo me imagino que para um brasileiro es una figura populista muy conocida y muy nombrada, yo trato como de incorporarlo de esa manera.

Embora a professora faça referência a essa semelhança e veja possibilidade de trabalhar de forma comparativa Argentina – Brasil, esse olhar não tem caráter regular nas aulas de História e só acontece quando há alunos brasileiros.

De forma geral, há uma preocupação entre os professores argentinos em dar maior atenção à história nacional que parece estar relacionada com a história de vida de cada um e com a história vivida recentemente pelo país e pela escola durante a última ditadura militar. Também uma preocupação em rever o que a historiografia argentina tinha reforçado durante muitos anos. Assim, a preocupação deles era também a de romper com a imagem construída por essa história nacionalista, registrada nos livros didáticos.

Ao falarem do Brasil, alguns professores argentinos apontaram semelhanças e diferenças com relação à Argentina, principalmente nos aspectos histórico, político e econômico. As semelhanças apontadas pela professora argentina indicam a possibilidade de se trabalhar com uma perspectiva comparada da história:

Tenemos profundas historias compartidas. Es notable cuando uno trabaja en historia, como los momentos de la historia latinoamericana pueden darse, exactamente en los dos. Si uno trabaja la conformación, la construcción del Estado; si uno trabaja los movimientos migratorios; si trabaja la construcción del modelo de la república oligárquica. Todo eso es idéntico, lo que hay es matices y ni siquiera tan serios. La conformación del populismo, los grandes modelos teóricos de análisis son idénticos (...) Ahora, que conozco un poco más de la historia de Brasil, me convenzo que las similitudes son cada vez más grandes.

Uma representação construída pela história oficial argentina considera o Brasil como ameaça em situações de disputa, como guerras e conflitos territoriais. Essa imagem foi construída num determinado momento histórico e por isso hoje, os professores do Manuel Belgrano trabalham de forma crítica a história nacional buscando mudar essa imagem. Segundo um professor argentino: *“la historia oficial argentina se lo plantea a Brasil como el enemigo en alguna guerra o el expansionista en algún momento”*, o que nos remete à fala dos especialistas durante o Seminário Bianual de Ensino de História e Geografia do Mercosul Educacional.

Quanto a mudanças no ensino de História com o Acordo de Cooperação, para os professores do Manuel Belgrano o intercâmbio tem seu espaço na escola, mas não promoveu mudanças em termos de conteúdo. Para os professores brasileiros, no Colégio de Aplicação não houve mudanças no programa de História, mas mudaram os olhares; voltando-se para linhas mais temáticas, isto é, opções pessoais e não da disciplina. O currículo da escola ainda estaria muito voltado para a História de Europa e do Brasil e, por não conseguir fugir da chamada crítica ao eurocentrismo, estariam se perdendo olhares para as questões latino-americanas.

Tanto no Brasil quanto na Argentina a inclusão de temas de América tem se caracterizado por descontinuidades, com marcas profundas deixadas pela ditadura militar. Também, professores de História das duas escolas reconhecem a dificuldade em incluir as temáticas latino-americanas devido ao desconhecimento. Com isso, chamamos a atenção para o que muitos especialistas vêm discutindo sobre os cursos de formação inicial e, no caso específico da História, das possíveis lacunas na grade curricular da graduação.

Em síntese, no currículo construído na prática dos professores, a exclusão/inclusão de temáticas latino-americanas nos programas de História do Colégio de Aplicação se dá em consonância com a abordagem que o professor utiliza e depende da sua visão de mundo. Na escola Manuel Belgrano, decorrente da escolha do grupo por uma mesma abordagem, há um predomínio da visão política da História.

Entretanto, pelo interesse de alguns professores de História do Colégio de Aplicação, propostas encaminhadas em nível de currículo referem-se à inclusão da disciplina *História da América Latina* na 7ª série do Ensino Fundamental e também sua inclusão na 3ª série do Ensino Médio tendo como uma das justificativas o intercâmbio entre as duas escolas muito embora eles já trabalhassem tais conteúdos em OSPB.

Esse interesse dos professores veio a se concretizar em fevereiro de 2003, durante o I Congresso Temático de Reestruturação Curricular do Colégio de Aplicação, quando foi aprovada a substituição da disciplina OSPB pela disciplina Estudos Latino-Americanos. A nova disciplina ficou sob responsabilidade dos professores de História é ministrada desde o ano letivo de 2003 a alunos da 7ª série do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio.

Um desejo realizado... Novos desafios...

A inclusão da Disciplina “*Estudos Latino-Americanos*” na grade curricular do Colégio de Aplicação da UFSC, em 2003, é decorrente da participação do grupo nas questões relativas às mudanças curriculares que atendam aos novos desafios postos no campo da integração sul-americana.

Ministrando as aulas de Estudos Latino-Americanos (E.L.A) no Colégio de Aplicação da UFSC, Souza (In. DIAS, 2004) fez um balanço da sua experiência, apresentando reflexões bastante interessantes chamando a atenção para a escassez bibliográfica para o Ensino Fundamental e Médio. Na maioria das vezes, a professora viu-se obrigada a produzir seu próprio material, a partir de textos acadêmicos, valendo-se da transposição didática para adequar linguagem e conteúdo. Foi necessário também recorrer a livros paradidáticos, documentários em vídeo e internet, em busca de material para as aulas de E.L.A.

Ao mesmo tempo, preocupada com as lacunas na graduação em História, especificamente em relação à América Latina – como exemplificamos com a fala de um professor de História – as aulas de E.L.A. vêm oportunizando estágio aos acadêmicos de História da UFSC. Percebeu-se o interesse presente nos alunos e constatou-se a pouca familiaridade com os conteúdos e processos pedagógicos bem como o pouco contato com a historiografia.

Mas os resultados têm se revelado positivos, pois, segundo informa Souza (In. DIAS, 2004, p.95), “de acordo com o que dizem as acadêmicas, o estágio em E.L.A. está lhes permitindo um debruçar-se sobre a história das sociedades e dos países latino-americanos de forma a dar-lhes nexos e significados, em um assunto que até bem pouco era apenas uma obrigação curricular”.

Após as reflexões e os relatos de experiências que aqui apresentamos, fica bastante evidente a tortuosa trajetória do ensino de História da América, suas inclusões e exclusões movidas, muitas vezes, por questões políticas, pela militância, pelo interesse de alguns professores.

Apresentamos também as discussões e proposições oriundas do Grupo de Trabalho de Ensino de História e Geografia do Mercosul Educacional, vislumbrando-se o interesse e, ao mesmo tempo, as dificuldades na implementação de currículos de História de América Latina nos países que compõem o Mercosul.

Paralelamente, pela trajetória do NipeH/UFSC no campo do ensino, da pesquisa e da extensão, cresce a confiança na possibilidade de tornar real a inclusão da História latino-americana nas escolas de ensino Fundamental e Médio, bem como na possibilidade de minimizar as carências na formação inicial e continuada de professores de História.

Acreditamos na construção de uma nova realidade educacional e particularmente do ensino de História. Sendo assim, nossa intenção é produzir reflexões e ações que sejam capazes de estimular a formação de uma identidade latino-americana apta a identificar as semelhanças socioculturais entre os países em pauta, e ao mesmo tempo, ao dar conhecimento das diferenças, propiciar o respeito e a convivência solidária para com as especificidades e alteridades nacionais.

Bibliografia

- ARGENTINA, Ministerio de Educación y Cultura. Contenidos Básicos Comunes. Disponível em: <<http://www.currycap.me.gov.ar/cbc.htm>>. Acesso em: 16 jun.2002
- ATA DA XVII REUNIÃO DE MINISTROS DE EDUCAÇÃO DOS PAÍSES SIGNATÁRIOS DO TRATADO DO MERCADO COMUM DO SUL, Montevideu, 26 de novembro de 1999. Disponível em: <<http://sicmercosul.mec.gov.br/portugues/forum/v-informacao/ata.shtm>>. Acesso em 13 jul.2000
- BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CRISTOFOLI, Maria Sílvia. *Intercâmbio cultural, ensino de história e identidade latino-americana: uma utopia possível?*. Florianópolis: CED/UFSC, Dissertação (Mestrado), 2002.
- _____. Trilhando caminhos diferentes: as representações dos professores de história através do intercâmbio cultural Brasil – Argentina. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino (org). *História da América: ensino, poder e identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino. *A “invenção da América” na cultura escolar*. Campinas: FE/UNICAMP, Tese (Doutorado), 1997.
- DIAS, Maria de Fátima Sabino e REIS, Maria José. *História comparada nas fronteiras do mercosul: uma experiência entre instituições de ensino brasileiras e argentinas*. Florianópolis (mimeo)
- DIAS, Maria de Fátima Sabino, REIS, Maria José, VERÍSSIMO, Marise da Silveira. *Identities e representações: um projeto de pesquisa comparada sobre o ensino de história na Argentina e no Brasil*. Relatório de Pesquisa (UFSC/CED). Florianópolis, Fev.2000.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungermann. v1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERREYRA, Susana e AQUINO, Nancy. *Identidades e representaciones: una investigación comparada sobre la enseñanza de historia en Argentina y Brasil*. ESCMB/UNC. Córdoba, Argentina, 2001
- FINOCCHIO, Silvia. Inclusiones y exclusiones en los modos de contar la historia en la Argentina. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino (org). *História da América: ensino, poder e identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- HERMIDA, Antonio Borges. *História da América*. 44 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961.
- HOBSBAWN, Eric. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- HOBSBAWN, Eric. J. e RANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LANZA, H y FINOCCHIO, S.: *Currículo presente, ciencia ausente*. Edit. Miño y Dávila. FLACSO/CIID. Tomo III. 1993.
- MARFAN, Marilda Almeida (org.). *O ensino de história e geografia no contexto do mercosul*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- MONTEIRO, Ana Maria. A prática de ensino e a produção de saberes na escola. In: CANDAU, Vera Maria (org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Les lieux de mémoire*. Trad. Yara Aun Khoury. Paris: Gallimard, 1984.
- REIS, Maria José. Ensino de história e construção da identidade nacional: uma união legítima?. In: *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação. Florianópolis, UFSC Ano 17, n. Especial, jan./jun., 1999.
- RUBEN, Guillermo Raul. *O que é nacionalidade*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987
- SOUZA, Ivonete da Silva. *Estudos latino-americanos*. In: DIAS, Maria de Fátima Sabino (org). *História da América: ensino, poder e identidade*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.